

O Engendramento da Crise do Capital nas Redefinições do Mundo do Trabalho e na Reconfiguração Territorial *

*Marcelo Dornelis Carvalhal***

1. Introdução

Neste texto pretendemos trazer para o debate uma série de questões sobre a centralidade do trabalho na sociedade atual, e principalmente elencar pontos importantes para análise, partindo-se do pressuposto da crise do capital enquanto fator primordial nos desenlaces territoriais e do mundo do trabalho, sem pretender com isso ser conclusivo, mas, sobretudo contribuir para a aproximação do tema com a Geografia.

A derrocada do regime soviético no começo da década de 90 favoreceu as concepções que apostavam na perda da centralidade política dos trabalhadores, pois diversos movimentos de esquerda mantinham, apesar de nem sempre concordarem com isso, uma íntima identificação do projeto socialista que propunham, com o paradigma do socialismo soviético.

Tais polêmicas inscrevem-se não somente no plano teórico-conceitual, mas também, nas alternativas políticas que se colocam para o enfrentamento das classes, ou seja, as definições das novas determinações do mundo do trabalho estão no bojo da constituição de práticas e projetos políticos do movimento sindical que, estando no centro da polêmica, são convocados a repensarem suas ações. Sob quais bases este repensar coloca-se, é uma das questões centrais, pois as ações do movimento sindical dependem da análise que se faz dos desafios e até mesmo da consciência de quais desafios estão postos.

Através da análise dos desafios, o movimento sindical pode postar-se conscientemente diante de alternativas que podem recolocá-lo (ou reafirmá-lo) na centralidade das disputas políticas, o que inclusive requer utilizar-se de instrumentos estratégicos como a comunicação sindical para organizar-se e para conscientizar (e convencer), maior número de trabalhadores, do seu projeto político.

Nos sindicatos teremos, então, conflitos e disputas que buscam garantir hegemonia sobre a direção do movimento sindical, apresentando-se sob as mais diversas concepções do espectro político-ideológico, mas não podemos considerar o movimento sindical alheio ao movimento da própria sociedade, em que os meios de comunicação de massa assumem função estratégica fundamental na direção da conduta humana, no sentido de garantirem uma sociabilidade voltada para obedecer às determinações do capital.

Neste sentido, as afirmações que apontam para uma nova sociabilidade, não mais fundamentada no trabalho, destacam como sintomas desta suposta crise terminal do trabalho, o crescente processo de precarização das relações de trabalho, com aumento significativo da parcela da população que não possui perspectivas de emprego estável (aumento do subemprego, emprego parcial e desproletarização do trabalho industrial e conseqüente aumento do emprego no setor terciário). A materialidade atingida da classe trabalhadora estaria fomentando também transformações profundas na subjetividade dos trabalhadores, principalmente com as novas formas de gestão e controle do trabalho (Círculos de Controle de Qualidade, gestão participativa, etc.).

As redefinições técnicas do capital desdobram-se em novos paradigmas qualificativos da força de trabalho, cuja dialeticidade aponta para o aumento da qualificação de alguns setores (principalmente um novo tipo de qualificação, que redimensiona a especialização fordista, por uma especialização flexível) e desqualificação de outros setores[1].

Ainda em relação às transformações no mercado de trabalho podemos citar, como mecanismo de preservação da lucratividade do capital, a terceirização como estratégia de diminuição dos custos de mão-de-obra, que na verdade expressa três objetivos básicos do capital, conforme enunciado por THOMAZ Jr. (1994):

- 1) Econômico: principalmente redução de custos;
- 2) Organizacionais: através do aumento da flexibilidade demandada pelo mercado consumidor;
- 3) Políticos: redefinição da atuação sindical no *chão da fábrica*, provocando o dismantelamento da organização sindical, com a extinção de setores e/ou departamentos inteiros. Mas isso ocorre também através da diminuição de postos de trabalho formais e de redução salarial, em que parte substancial dos trabalhadores são deslocados para categorias menores e desmobilizadas.

Assim, a precarização das relações de trabalho aponta para o aumento da informalidade no mercado de trabalho que, através da terceirização ou do trabalho domiciliar, atinge desigualmente os trabalhadores, quer adote-se como viés interpretativo à questão de gênero, étnica, quer diferenciações espaciais em diferentes escalas, como nos planos locais, nacionais ou internacionais.

Tal informalidade tem aspectos destrutivos importantes na organização dos trabalhadores, pois a estrutura sindical brasileira, de ampla aceitação pelos sindicalistas, prevê apenas a representação dos trabalhadores que estão inseridos no mercado formal, além do que a fragmentação categorial e territorial dos trabalhadores faz com que muitos trabalhadores deslocados de seus postos de trabalho original, tenham como representação sindicatos menores e desmobilizados.

Dessa forma, a materialidade e a subjetividade dos trabalhadores têm-se redefinido sob bases que implicam, por um lado, na precariedade material e de outro, seus órgãos de representação estão sob o fogo cruzado dos trabalhadores, que querem a satisfação imediata de suas demandas e da ideologia neoliberal que prega a necessidade de se adaptarem aos novos tempos, vale dizer, consentimento e colaboração com as novas formas de gestão do trabalho.

Esses elementos consubstanciam-se enquanto determinações da configuração territorial, que mesmo sob o aspecto da luta de classes no plano simbólico, como no caso da comunicação sindical, implicam não só na capacidade do movimento sindical de verem atendidas suas demandas em termos de salários, emprego e condições de trabalho, como na própria redefinição de objetivos e perspectivas políticas que avancem para além do trabalho[2], constituindo-se o movimento sindical enquanto sujeito coletivo que influencia não somente o espaço restrito das relações de produção, mas também que atue na reconfiguração do território de forma mais ampla, como por exemplo nos movimentos de moradia urbana e de reforma agrária.

Tal processo de precarização ocorre em consonância com as transformações atuais do modo de produção capitalista, como reação dos capitalistas à crise do regime de acumulação fordista, e, por conseguinte, da redução da taxa de lucro. Nesse quadro de crise estrutural do capitalismo,

fomentaram-se metamorfoses no processo produtivo rompendo com a exclusividade do fordismo como paradigma produtivo, elevando o toyotismo como potencial substituto deste padrão[3].

As mudanças experimentadas pelo toyotismo caracterizam-se pela flexibilidade na produção, pois, neste caso, a produção é controlada pela demanda (*just-in-time* e *kanban*), o que requer para seu funcionamento, a polivalência do trabalhador e flexibilização dos direitos trabalhistas. Tais aspectos consubstanciam-se com novas formas de gestão da mão-de-obra que requerem a participação e o envolvimento dos trabalhadores (Círculos de Controle da Qualidade) de forma consensual, diminuindo, desta forma, as tensões classistas no processo produtivo, pois supostamente estaria incorporando nas relações de trabalho a dimensão “desalienante” do trabalho participativo, ou seja, a participação dos trabalhadores em algumas decisões sobre o processo produtivo no chão da fábrica estaria superando a clássica redução do trabalhador fordista a uma mera extensão da máquina, enfim o trabalho criativo estaria possibilitando a “humanização” do trabalho, segundo as concepções de muitos administradores[4].

Se, por um lado, a participação dos trabalhadores no controle de qualidade e na gestão do processo produtivo poderia consubstanciar-se como elemento de desalienação em relação ao trabalho fordista, por outro, esta incorporação dos trabalhadores ao processo gerencial das empresas pode significar também a adesão destes trabalhadores ao capital, com aumento da clivagem entre trabalhadores de empregos estáveis e de boa remuneração, com os trabalhadores de empregos parcelizados e precariamente inseridos no mercado de trabalho. Derivam deste aumento da clivagem todas as conseqüências para o projeto político do operariado, ou seja, poderíamos ter um quadro em que as divisões entre os trabalhadores tornem difíceis e mais complexa a unidade dos trabalhadores estáveis com os trabalhadores parcelizados/informais em torno de um projeto de superação do capital.

Assim, muitos autores apontam tendências de maior diversificação do proletariado, em que um núcleo reduzido numericamente de trabalhadores teria emprego estável e boa remuneração, sendo trabalhadores de alta qualificação, em oposição a uma massa numerosa de proletários com baixa qualificação, ou até mesmo desqualificados, empregos precários e remunerações menores.

Em tal cenário, as dificuldades do movimento sindical em constituir-se enquanto sujeito coletivo da ação contra-hegemônica estaria em sua própria concepção segmentada do mundo do trabalho, pois sendo organizador dos trabalhadores estáveis e formalizados, teria sua eficiência, enquanto sujeito coletivo, restrita a este núcleo e tal restrição, por outro lado, poderia atuar como segregacionista em relação a grande massa de trabalhadores precariamente empregados, fragmentando ainda mais os trabalhadores e a luta operária. O desafio, portanto, para a ação contra-hegemônica seria organizar coletivamente sujeitos distantes socialmente no processo produtivo, pois, ao privilegiarem somente os trabalhadores formais, os sindicatos estariam perdendo a centralidade enquanto agentes da luta anticapitalista[5].

As conjecturas apontadas revelam-se na contraditoriedade e conflitualidade internas do movimento sindical, ou seja, os caminhos a serem seguidos dependerão do jogo de forças díspares dos líderes sindicais, e as posturas podem, nos extremos, ou seguir a alternativa de construção da solidariedade entre os mundos do trabalho, ou no outro extremo, favorecer o sectarismo da luta, com aumento do corporativismo ao defender somente os interesses dos trabalhadores com emprego estável[6]. Tal desafio coloca-se na própria estrutura sindical, que privilegia a organização por categoria profissional, eliminando, desta forma, a possibilidade de organizar os trabalhadores instáveis e mesmo trabalhadores estáveis numa base política mais ampla, conforme aponta BIHR:

“O sindicalismo vertical, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um

sindicalismo com estrutura horizontal, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados.” (BIHR, 1998, p.101)

A hegemonia do modelo social-democrata nas organizações sindicais é um dos fatores que contribuem para que a organização dos trabalhadores não extrapole a fragmentação técnica do processo de trabalho, pois no processo de consolidação da hegemonia social-democrata no movimento sindical houve o progressivo abandono do projeto comunista, colocando no horizonte, como limite, uma sociedade de Estado fetichizado[7], em que o Estado aparece para os trabalhadores como “além” da sociedade de classes, cabendo à luta operária o desafio de conquistar o poder de Estado para exercer sua hegemonia, com a peculiaridade de que tais lutas, pelas próprias concepções social-democratas devem estar condicionadas à legalidade.

Porém, não podemos negligenciar a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores, já que a confirmação da tendência de formação de um núcleo estável de trabalhadores implica na elevação deste núcleo a uma posição estratégica no processo de produção capitalista que não pode ser desprezado, podendo desdobrar-se em estratégia de resistência do proletariado, a depender obviamente da correlação de forças no movimento sindical e da disposição em resistir, condições que, conforme vimos, são insustentáveis num modelo sindical fragmentador e privilegiador da adaptação à ordem vigente. Portanto, impõe-se para o movimento sindical repensar seus paradigmas, o que para BIHR significa superar o modelo social-democrata, para uma efetiva identificação entre o operariado e o movimento sindical.

Portanto, não há como descartar *a priori* a resistência do proletariado, sabendo-se que isso irá depender da própria organização e da concepção que os movimentos organizativos dos trabalhadores terão sobre sua condição. Desta forma, as alternativas colocadas para o movimento sindical desdobram-se em sua radicalidade ou para a superação do capitalismo, ou para acomodação à ordem. Em ambos os extremos, a ação sindical, no contexto de outras lutas sociais, coloca-se enquanto portadora de ações territoriais, quer para contestar a configuração territorial própria do capital, quer para legitimá-la, mesmo que em ambos os casos esta ação seja muitas vezes inconsciente[8].

Enquanto portadora das concepções dos líderes sindicais, a comunicação sindical insere-se neste contexto como um instrumento importante para a análise das discussões presentes no sindicalismo, através do discurso externalizado pelos líderes, como também pela própria forma de organização da comunicação sindical.

Desse modo, fica evidente para nós a necessidade de contextualizarmos de forma mais geral as lutas e desafios do sindicalismo brasileiro, principalmente pelo processo recente de reestruturação do capital e a discussão subjacente das diversas crises que “atravessam” o mundo do trabalho.

2. A crise e a nova ordem do capital

Em muitos autores podemos verificar a crise do trabalho enquanto desdobramento da ineficácia do movimento sindical em reagir satisfatoriamente às transformações do capitalismo, em

outros, a crise é colocada no seio do desenvolvimento do capitalismo enquanto reação dos capitalistas à queda tendencial da taxa de lucro, que motivou a investidura do capital sobre a organização do trabalho, encontrando nas vicissitudes do movimento sindical, condições para confundi-lo e desmobilizá-lo.

A crise atual do sindicalismo é reflexo, portanto, de um lado, de uma crise estrutural do capitalismo, que, após a derrocada do Leste Europeu, teve condições de estender a agenda neoliberal para o mundo resultando, entre outros aspectos, na diminuição da rede de proteção social dos países da Europa ocidental e na investidura sobre a estabilidade dos empregos – através da flexibilização do processo produtivo, sob a égide do paradigma toyotista. De outro lado, a própria organização sindical dos trabalhadores propiciou a penetração profunda na subjetividade dos trabalhadores, ao perderem as condições de organizarem coletivamente um mundo do trabalho em crescente processo de fragmentação, heterogeneização e flexibilização, pois mantiveram-se (e ainda se mantêm) presos à lógica de organização corporativa e inspirados na possibilidade de participação na administração do Estado, através do pacto social-democrata.

O compromisso fordista, fundamento do pacto social-democrata, estabelecido logo após o final da Segunda Guerra Mundial previa, grosso modo, a troca da resistência operária por ganhos salariais efetivos, ou seja, uma redivisão parcial dos ganhos de produtividade oriundos da aplicação do fordismo. Tal pacto deve ser compreendido no contexto histórico da luta de classes, em que burguesia e proletariado colocaram-se frente a frente pela própria lógica de desenvolvimento do capitalismo anterior a Segunda Guerra Mundial e o equilíbrio de forças resultantes das lutas operárias nas décadas de 30 e 40, nos países da Europa Ocidental.

De acordo com BIHR, podemos inferir que o compromisso fordista foi uma troca “vantajosa” para as duas classes e redefiniu durante as últimas décadas o desenvolvimento do capitalismo, permitindo a intensificação da acumulação:

“Assim, se, de um lado, colocar em prática o modelo técnico-organizacional da acumulação intensiva supunha a aceitação pelo proletariado da dominação do capital sobre o processo de trabalho (e de maneira geral sobre toda a sociedade), inversamente a regulação desse mesmo regime de acumulação não só tornava possível, mas também necessária a satisfação de alguns de seus interesses mais imediatos: aqueles ligados precisamente à sua ‘seguridade social’.”(BIHR, 1998, p. 43)

Assim, temos que a renúncia do movimento sindical, hegemonzado pelas tendências social-democratas, permitiu e parametrizou o desenvolvimento das forças produtivas durante as últimas décadas, e o fim desse ciclo levou também à crise dos paradigmas pactuantes do movimento sindical nos países desenvolvidos, com grandes repercussões no sindicalismo brasileiro.

Essa situação faz com que alguns pesquisadores a apontem a crise vivenciada no mundo do trabalho como sendo inexorável, questionando a resistência de alguns sindicatos, sobre algumas das mudanças “essenciais” para a continuidade da sociedade (flexibilidade das relações de trabalho, políticas, sociais compensatórias, desemprego como algo natural etc.). Porém, estas análises partem dos efeitos de uma crise mais profunda do capitalismo, para concluir que é necessário aos trabalhadores adaptarem-se à nova ordem, não esclarecendo que vivemos, como aponta COGGIOLA (1999), numa crise estrutural do capitalismo:

“A crise que afeta a economia mundial há mais de duas décadas tem por base a crise do capital, que possui características estruturais. Isso significa: 1) Que se trata de uma crise da relação social entre capitalistas e trabalhadores assalariados,

personificada pelo capital, crise da realização da mais-valia (ou seja, da autovalorização do capital) que implica na queda tendencial da taxa de lucro do capital em seu conjunto”. 2) Que não se trata de uma crise conjuntural ou cíclica, como aquelas que no pós-guerra foram chamadas de ‘recessões’ (1948-49, 1952-53, 1957-58, 1960-61, 1971-71), mas de uma crise que atinge limitações estruturais profundas do capitalismo na atual etapa histórica.” (COGGIOLA, 1999, p. 2)

A crise estrutural vivenciada pelo capitalismo fez com que os capitalistas implementassem uma série de transformações visando reverter a tendência histórica de queda da taxa de lucro, implicando em inovações no processo produtivo, tendo como novo paradigma o modelo japonês e intensificando a imposição do ideário neoliberal para o conjunto da sociedade. Essa mudança de paradigmas implica em conseqüências funestas para o sindicalismo, ainda em grande parte procurando adaptar-se ao paradigma fordista/taylorista.

Por outro lado, as transformações impõem a necessidade premente de elaborarmos interpretações que pressuponham a (re) territorialização dos fenômenos, já que implicam em redefinições de lugares cuja vantagem do ponto de vista capitalista são constantemente alteradas pelo “encurtamento” das distâncias.

Mais do que isso, a territorialização do embate capital x trabalho é constantemente redefinida pelas próprias interpretações que cada um faz de sua territorialidade e a apreensão que se faz desta territorialidade é reduzida muitas vezes à interpretação que a classe hegemônica realiza, ou seja, através da própria apreensão dos dominados legitima-se o território enquanto ente pretensamente neutro.

Ao elaborarem teoricamente a territorialidade presente, a partir das premissas que lhes permitam compreender a concretude territorial, como algo em construção, portanto histórica e social, os trabalhadores podem intervir de forma mais efetiva na organização espacial, tendo em vista suas necessidades e anseios.

Dessa forma, inclui-se no esforço de análise, o papel desempenhado pelos instrumentos desenvolvidos pelo movimento operário e sindical na tarefa de organizar coletivamente os trabalhadores para as disputas políticas. Um desses instrumentos, a comunicação sindical, além de meio difusor de informações e opiniões, a imprensa sindical pode desempenhar o papel de organizador coletivo do movimento sindical, ou seja, aglutinar no projeto político do sindicato os trabalhadores convencidos da direção política assumida pelo dirigente sindical.

Podemos obviamente ampliar para muitos outros elementos que se vinculam direta ou indiretamente à “disputa” territorial de classes, como por exemplo às organizações sindicais de base e sua articulação vertical com os sindicatos, ou a própria disposição territorial do sindicato oficial como expressão da investidura do Estado sobre a organização espacial do movimento associativo dos trabalhadores.

Nas entrevistas que realizamos com dirigentes sindicais, notamos que a imprensa sindical de Presidente Prudente tem sido utilizada freqüentemente como veículo de propagação das realizações da diretoria do sindicato (sindicato dos Comerciantes), porém também tem servido para trazer ao conhecimento dos trabalhadores questões que envolvem tanto lutas locais, como no embate direto com empresários, principalmente reivindicando cumprimento dos contratos coletivos (sindicato dos Químicos e Alcooleiros). Ainda que não tenhamos condições de estabelecer conclusões definitivas sobre o caráter da imprensa sindical em Presidente Prudente, podemos afirmar que um dos papéis que vem desempenhando, é o de garantir a legitimidade de atuação dos dirigentes sindicais, quer seja através de *marketing*, quer seja através da divulgação das lutas empreendidas pelo sindicato[9].

Assim, temos o movimento sindical, enquanto sujeito coletivo, atuando nas redefinições territoriais, quer passiva ou ativamente, assumindo para os próprios trabalhadores funções políticas de todos os matizes, aproximando-se ora das concepções emancipatórias do movimento operário, ora transmutando-se noutros planos de identidades (étnicas, nacionais, sexistas, etc.). Dessa forma, é necessário compreender o movimento sindical enquanto agente territorial e a comunicação sindical como instrumento estratégico dos dirigentes sindicais para fortalecerem-se na representação destes trabalhadores, o que implica para nós compreendê-la na sua totalidade como objeto de estudo da Geografia, alocando-se no plano simbólico da luta de classes e que, portanto, é compreensível em sua territorialidade ao estabelecer nexos e valores próprios ao sindicalismo, sem que com isso estejamos afirmando que necessariamente o movimento sindical atue contra-hegemonicamente.

Temos, então, no contexto atual novas determinações do capitalismo que avançam para deterioração das relações de trabalho, num esforço dos capitalistas de manterem sua taxa de lucro e que, portanto, estão inseridas no bojo da consolidação do neoliberalismo como *corpus* teórico e ideológico da hegemonia capitalista, manifestando-se em aspectos pontuais, aparentemente desconectados entre si, mas que na verdade exprimem em sua particularidade, as transformações engendradas pelos capitalistas para manterem-se no domínio do processo produtivo e da reprodução social[10].

Dois aspectos assumem significado importante para nossa discussão por seus desdobramentos para o mundo do trabalho: a livre circulação do capital e a reestruturação produtiva, que buscaremos delinear alguns apontamentos a seguir.

3. A livre circulação do capital

No bojo dessas transformações, a livre circulação do capital apresenta-se como aspecto fundamental, com implicações diretas nas redefinições do conflito capital x trabalho, consubstanciadas no reordenamento territorial da sociedade capitalista. Isto implica principalmente na eliminação de barreiras à livre circulação do capital, permitindo às grandes empresas que se localizem ou se realoquem nos lugares onde lhes é mais rentável, ganhando um instrumento estratégico muito importante para a manutenção ou crescimento de sua taxa de lucro, com o achatamento salarial, conforme aponta CHESNAIS:

“Ao lado dos oligopólios estabelecidos nas indústrias de alta tecnologia e nas grandes indústrias mecânicas, existem indústrias onde, ao contrário, a existência dos grupos repousa, de maneira imediata e quase exclusiva, em sua capacidade de tirar proveito da liberalização do comércio exterior e da telemática, a fim de se beneficiarem dos baixos custos salariais e da ausência de legislação social para ‘deslocalizar’.” (CHESNAIS: 1996, 113)

Sob a perspectiva da luta de classe, o capital tem, através de políticas de redução/exterminio das barreiras alfandegárias, um mecanismo fundamental para derrotar os trabalhadores, pois num contexto de forte oligopolização da economia mundial, as estratégias das empresas são definidas onde as “facilidades” são maiores, lendo-se aí mão de obra qualificada ou semi-qualificada de baixo preço, com sindicatos propensos à negociação com os capitalistas e um exército de reserva industrial que cada vez mais é de caráter amplificadamente mundial.

Ou seja, o capitalista tem à sua disposição a possibilidade de se estabelecer, inclusive com ajuda dos Estados locais, em muitos lugares do mundo. Aproveitando-se dessas oportunidades, muitas empresas multinacionais, simplesmente transferem seus parques produtivos para regiões que apresentam baixos salários ou legislação ambiental e trabalhista menos restritiva.

Essas redefinições do ordenamento territorial estão colocadas no movimento contraditório da sociedade, em que as transformações do capital estabelecem novas lógicas locacionais e buscam delimitar o campo de ação contestatória do movimento sindical, que por sua vez apresenta um conjunto diferenciado de alternativas que se apresentam nos extremos, ora como entidades de colaboração com o capital no adestramento da mão-de-obra, ora atuando na tentativa de transformações estruturais no modo de produção capitalista rumo a uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS: 1999), em ambos os casos atuando no favorecimento ou na contestação do ordenamento territorial imposto pelo capital.

O modelo social-democrata, ao reduzir a luta operária à luta por melhorar o capitalismo e adotando a estratégia da luta emancipatória através da conquista do Estado, incapacitou o movimento sindical de englobar outras lutas que se situavam fora do trabalho, conforme aponta BIHR:

“As lutas do proletariado estiveram, assim, isoladas das que se desenvolveram na mesma época, fora do trabalho e da produção, por iniciativa dos chamados ‘novos movimentos sociais’ – ecológicos, antinucleares, regionalistas, urbanos, feministas, etc. O que demonstrava, em última análise, a impregnação do quadro institucional e ideológico definido pelo compromisso fordista, no seio mesmo da conflitualidade proletária, que, no entanto, se encontrava em ruptura com esse quadro.” (BIHR, 1998, p. 64)

3.1. Reestruturação produtiva

A reestruturação produtiva, enquanto elemento primordial das novas formas de gestão do trabalho, tem sido alardeada por todos os cantos como a grande transformação no processo produtivo neste final de século, com conseqüências funestas para o mundo do trabalho e seus órgãos de representação, estando, portanto, no cerne da atual crise dos sindicatos e do movimento operário em geral.

Constitui-se de novas formas de gestão do trabalho, bem como, através do incremento tecnológico, de novas formas de controle dos trabalhadores, apostando principalmente na possibilidade de contarem com a colaboração irrestrita dos trabalhadores, “partilhando” com eles da própria gestão do processo produtivo, além da participação nos lucros.

Nesse contexto, a tecnologia informacional vem sendo crescentemente utilizada como mecanismo de garantir maior produtividade do trabalho. No entanto, se atentarmos para a tecnologia, enquanto relação social, é possível constatar as determinantes do processo de inovação tecnológica, nas relações próprias do modo de produção capitalista, ou seja, esta inovação subordina-se à lógica da concorrência sendo impulsionada pela exploração com o objetivo de elevar a taxa de mais-valia e o controle do processo de trabalho pelo capital.

Ao ignorar a distinção entre inovação tecnológica e acumulação capitalista, podemos apreender equivocadamente o processo de renovação técnica, ou seja, fetichizar a tecnologia, como se ela só fosse possível obedecendo às determinações do capital, conforme podemos observar na afirmação de KATZ (1995: 13): “... a existência do capital não é uma condição indispensável para o progresso tecnológico por uma simples razão: a valorização e a inovação conformam processos completamente distintos.” A inovação, portanto, estando vinculada às melhorias técnicas do processo de trabalho, que sob a lógica do capital, baseada na acumulação de mais-valia e reprodução ampliada, adquire a forma fetichizada de entidade autônoma e inexoravelmente vinculada ao aumento do desemprego (o chamado desemprego tecnológico). Isso evidentemente é muito apropriado para os mecanismos de controle social do capital e para elevação do patamar produtivo independente da adoção de tecnologia no processo produtivo[11] e o capital uma relação social baseada na acumulação de mais-valia, através da expropriação do trabalho não-remunerado.

Como lembrado por COGGIOLA, “*Considerar as novas tecnologias como determinantes, independentes do desenvolvimento (e da mudança) histórico-social, significa render-se diante da mais velha e abstrata mistificação ideológica do modo de produção capitalista, o ‘fetichismo do capital’*” (1995: 121), onde todo trabalho aparece para o operário como tendo sido realizado pelo capital, levando-nos a considerar o atual período como um período de máxima criatividade do capitalismo, não como um período de intensificação da superexploração da classe operária, exemplificada pelo aumento da precarização das relações de trabalho, exploração da mão-de-obra infantil e morte por estafa, por exemplo. Obviamente que a exploração do trabalho, embora de difícil medição, tem taxas diferenciadas em relação às divisões internas dos trabalhadores, quando por exemplo, adotamos a perspectiva de gênero, em que as mulheres têm sofrido maior precarização em relação aos homens.

A esse respeito, BRAGA sinaliza algumas preocupações, como a adoção do economicismo como um traço permanente nas discussões sobre as transformações atuais, sem que se considere:

“...a ideologia do progresso técnico, isto é, a crença em que o desenvolvimento autônomo (portanto, não subordinado à complexa vigência das múltiplas contradições do real) das forças produtivas encerre as potencialidades últimas de resolução das crises e impasses históricos gestados pelo movimento das estruturas do capital.” (BRAGA, 1996, p.55).

O autor se põe, então, a rebater as teses que se ocupam da crise da sociedade do trabalho, nas quais a classe operária e juntamente o próprio conceito de trabalho, estariam tendo questionada sua centralidade, por tendências empíricas, que dizem respeito às transformações na esfera do trabalho e tendências teóricas na qual ele já não aparece mais como o principal tema das pesquisas sociológicas.

Nesse processo, a automatização revela-se particularmente importante, pois muitas interpretações correntes acabam por considerar a revolução técnico-científica como provocadora da automatização, no entanto ao considerarmos como instrumento da luta de classes, teremos condições de interpretá-la tendo em vista que esse processo não é resultado de uma revolução tecnológica *per si*, mas sobretudo significa a tentativa de superação da crise estrutural do capital, através do aumento da composição orgânica do capital, e conseqüente aumento da taxa de mais-valia.

Dessa forma, novos desafios são lançados e nem sempre essas inovações são percebidas pelos próprios trabalhadores como mecanismos para aumentar a exploração do trabalho, já que assumem muitas vezes posições que vão do desânimo, diante da “inexorabilidade” da automatização, da parafernália tecnológica e conseqüente desemprego, até a defesa irrestrita do

processo em pauta, como apregoada por muitas lideranças sindicais do autodenominado sindicalismo de resultados[12].

Portanto, as condições objetivas da precarização das relações de trabalho devem ser buscadas na crise vivenciada pelo modo de produção capitalista e não nos efeitos que ela causa, já que antes de tudo, é a busca incessante pela ampliação da mais-valia expropriada dos trabalhadores que motivou os capitalistas a implementarem uma série de mudanças no processo produtivo que, se por um lado aumenta a produtividade do trabalho, por outro intensifica sua exploração.

No entanto, é necessário para a análise das transformações contemporâneas do capitalismo, não nos limitarmos às alterações no processo produtivo, mas sim contextualizá-las no conjunto mais amplo das relações sociais de produção, em que o conflito de classes é um dos definidores das estratégias adotadas pelo capitalismo.

Nesse sentido, as inovações tecnológicas consideradas como *determinantes* e exclusivas revestem-se da mais velha mistificação ideológica do capital: o fetichismo do capital, que se manifesta, precisamente como se a existência do trabalhador só fosse possível pela boa vontade do capital, através da separação do trabalhador e do produto do seu trabalho.

Por conta disso, muitas lideranças sindicais enfocam a problemática da automação do processo produtivo, ou seja, sob o viés apropriado ao capitalismo de adequar-se à inexorabilidade do processo de automação, excludente de grandes contingentes de trabalhadores.

As inovações tecnológicas são um bom exemplo de como a partir das estratégias adotadas pela burguesia para vencer o movimento sindical e a classe operária, são realizadas alterações no processo produtivo no sentido de eliminar focos potenciais de resistência coletiva, conforme aponta GENNARI:

“A história dos processos de reestruturação dos ambientes produtivos, de fato, mostra que a introdução das novas tecnologias intensifica-se na medida em que o capital percebe a necessidade de eliminar dos locais de trabalho aqueles que são conhecidos como gargalos de produção. Trata-se de postos cuja paralisação pode levar ao estrangulamento do processo de trabalho ou, simplesmente, de setores onde a realização das tarefas cria, involutariamente, as condições básicas que podem levar ao desenvolvimento de formas de resistência coletivas.” (GENNARI, 1997, p.4)

Porém, paradoxalmente, a automação pode tornar mais vulneráveis os capitalistas já que transferem para os trabalhadores muitas responsabilidades para a continuidade do processo produtivo. Torna-se essencial para o capitalista manter sua hegemonia sobre o processo produtivo, principalmente através de novas formas de gestão do trabalho, em que a participação do trabalhador é essencial para o autocontrole. Esse é, aliás, o sentido das novas formas organizativas, sendo que contraditoriamente, a própria automação contribui decisivamente para este controle.

Juntamente com o fetiche tecnológico, outro mito bastante difundido é o do trabalhador polivalente, cujo resultado mais preciso é de um lado, o aumento da jornada de trabalho e de outro, a legitimidade desta superexploração do trabalho pela identificação dos interesses da empresa com os do trabalhador:

“Se tivéssemos que descrever em poucas palavras o perfil de um trabalhador polivalente diríamos que ele não passa de um pau pra toda obra que diante do aumento do desemprego e da ameaça constante que traz à manutenção de suas

condições de vida percebe uma sensação de alívio ao aderir, ora ativa ora passivamente, aos objetivos e aos limites impostos pela lógica das mudanças no interior do sistema capitalista.” (GENNARI, 1997, p.41).

O aumento da exploração do trabalho permanece, portanto, como variável de ajuste da acumulação capitalista, pois apesar de o desenvolvimento de novas tecnologias permitirem a diminuição significativa do tempo de trabalho socialmente necessário, essa diminuição da jornada sob a lógica capitalista ganha formas de precarização das relações de trabalho, na verdade, a utopia do fim do trabalho (ou pelo menos diminuição significativa), como afirma BIHR (1998), sob o capitalismo passa a ser privilégio de poucos trabalhadores.

Dessa forma, o capital permanece na prerrogativa de ampliar o leque de profissionais capacitados, ao induzir o Estado e a sociedade a investirem nos programas de qualificação e requalificação profissionais, ampliando em alguns setores o exército industrial de reserva com qualificações para desempenhar as novas funções exigidas pelo capital, o que melhora, para o capitalista, as condições de negociação da força de trabalho.

Com a polivalência e o mito da produtividade, o capital insere no ideário dos trabalhadores, a sensação de estarem sendo valorizados, enquanto sujeitos importantes para a sustentação das empresas e acaba provocando uma forte divisão entre os trabalhadores, entre os “privilegiados” do setor formal e os “excluídos” da oportunidade de serem explorados, ou seja, aqueles que ingressam na informalidade. Esse processo amplia as clivagens existentes na classe trabalhadora ao inserir uma pequena parcela no emprego formal, estável e de remuneração razoável e excluindo amplo número de trabalhadores sujeitos ao emprego temporário, informal ou miséria absoluta.

No bojo da constituição de novos paradigmas produtivos, cuja inserção é ampliada do chão da fábrica para o conjunto da sociedade, a terceirização surge como instrumento estratégico para derrotar os trabalhadores e reduzir os investimentos em capital fixo. Aproveitando-se do modelo fragmentado de representação sindical, os capitalistas, através das empresas terceirizadas, pulverizam a ação sindical e exploram a ideologia do pequeno produtor, arraigada em amplos setores da classe trabalhadora e com isso submetendo ex-funcionários a executarem amplas jornadas de trabalho para cumprirem os contratos firmados com a grande empresa.

Conforme já delineado acima, como feição atual do fetiche, está na ordem do dia o determinismo tecnológico que sugere a inevitabilidade do fim do operariado e da luta de classes, em face das transformações advindas com a reestruturação produtiva.

Um dos desdobramentos desta lógica está na aceitação do desemprego estrutural como consequência dos rearranjos do capital, inevitável, segundo posições assumidas pelo próprio Estado brasileiro. Porém, revendo essa posição, recolocando o conceito do exército industrial de reserva como variável de ajuste do processo de acumulação capitalista, é possível vislumbrarmos a lógica do processo de precarização do trabalho e exclusão social, como derivadas da luta de classes e não do efeito aparentemente neutro da inovação tecnológica.

De fato, como lembrado por MENELEU, o aumento do desemprego foi uma maneira muito eficiente de reduzir a força da classe operária. “*Foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante*” (1996, p.78).

É, portanto, a fragilização do trabalho organizado e a consolidação de um mercado de trabalho flexível que se tornaram preconditionantes para a elevação da lucratividade por meio da intensificação do trabalho vivo.

Retomar o papel estratégico desempenhado pelo desemprego no processo de acumulação capitalista significa, sobretudo, considerarmos que em situações de desemprego moderado ocorrem dificuldades para as empresas promoverem a intensificação do trabalho e a redução dos salários reais, contrariamente numa situação de desemprego crescente a situação inverte-se. Portanto, o exército industrial de reserva em sua expansão torna-se a base de fragilização dos sindicatos e da introdução da ideologia da cooperação e da “inexorabilidade” da dominação tecnológica e também para alguns, a inevitabilidade do fim do operariado e a decretação do fim da história[13].

Todas essas transformações, de forma bastante genérica delineadas acima, são impostas aos trabalhadores e à sociedade em geral, com um discurso eminentemente liberal de anti-estatismo, convencendo amplos setores da sociedade da necessidade de reestruturar o Estado para tornar as empresas mais competitivas num mundo onde as fronteiras políticas correspondem cada vez menos às fronteiras econômicas.

O Estado, conforme os preceitos neoliberais, deve apresentar-se desprovido dos mecanismos de proteção social, pois isso acarretaria desequilíbrios no balanço de pagamento dos governos, cuja forma tradicional de equilíbrio seria a criação/manutenção de diversos impostos para sustentar políticas sociais. Além disso, para que o país tenha condições de participar do “mundo global” de forma competitiva, é exigido que diminua ou mesmo extermine as barreiras comerciais, deixando cada vez mais livre o capital industrial para escolher os melhores lugares, do ponto de vista de sua rentabilidade, sendo que o capital financeiro já atua de forma globalizada à velocidade das transmissões via satélite.

Além disso, conforme nos aponta BIANCHI:

“Para aplicar os planos de ajuste neoliberais é preciso eliminar o poder reivindicativo dos sindicatos e a resistência destes à corrosão dos salários, ao aumento da produtividade, ao desemprego e ao sucateamento da rede estatal de serviços públicos.” (BIANCHI, 1997, p.116)

Ilustrativo nesse caso, são os acontecimentos desdobrados das greves dos mineiros no começo da década de 80, durante o governo Thatcher, na Grã-Bretanha e da greve dos petroleiros durante o governo FHC, em 1995, com participação direta do exército, como nos tempos da ditadura militar.

Buscamos, assim, resgatar neste artigo as recentes transformações que, de uma forma mais geral, dizem respeito ao modo de produção capitalista e desdobram-se em redefinições no mundo do trabalho, atingindo não somente a materialidade da classe trabalhadora, mas também sua própria subjetividade. Nesse sentido, como pondera ANTUNES, a forma mais perversa de capitulação dos sindicatos é o de debaterem nos limites restritos da agenda e do ideário neoliberal[14].

4. Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil** Tese de doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

BIANCHI, Álvaro. “Neoliberalismo e resistência operária contra FHC” In: BIANCHI, Álvaro *et al.* **A crise brasileira e o governo FHC.** São Paulo: Xamã, 1997, p. 105-122.

- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa** São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOITO Jr., Armando. “Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil”. In: **Crítica Marxista**. São Paulo: Brasiliense, v.1, nº 3, 1996, p 80-105.
- BRAGA, Ruy. **A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea** São Paulo: Xamã, 1996.
- CARVALHAL, M.D. “O Movimento sindical e a luta pela terra no Brasil” In: **Polêmica & Debate**, Nº 03, P. Prudente: FCT,1997.
- CARVALHAL, M.D. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP: elementos para uma leitura geográfica**. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2000.
- COGGIOLA, Osvaldo. “A crise estrutural do capitalismo” In: **Quinzena**, São Paulo: CPV, nº 267, 1999 p. 02-08.
- COSTA, Silvio. **Tendência e Centrais sindicais**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi. Goiânia: Ed.da Universidade Católica de Goiás, 1995.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- GENNARI, Emilio. **Automação, terceirização e programas de qualidade total** São Paulo: CPV, 1997.
- GENNARI, Emilio. **Automação, terceirização e programas de qualidade total** São Paulo: CPV, 1997.
- GIANNOTTI, Vito. **Para onde vai a CUT?** São Paulo: Scritta, 1994.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado** Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel** São Paulo: Boitempo, 1999.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna** São Paulo: Loyola, 1989.
- HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho** São Paulo: Paz e Terra, 1988 (2ª edição)
- KATZ, C. COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do Capital?** São Paulo: Xamã, 1995.
- KATZ, C. BRAGA, R. COGGIOLA, O. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.
- LESSA, Sérgio. **A ontologia de Lukács**. Maceió: Edufal, 1996.
- LOJKINE, Jean. **A classe operária em mutações** São Paulo: Oficina de livros, 1990
- MENELEU NETO, José. “Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva” In: TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manoel A (orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva** São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996, p. 75-108.

MÉSZÁROS, István. “A ordem do capital no metabolismo social da reprodução, In: **Ad Hominen**, São Paulo: Edições Ad Hominen, 1999, nº 1.

MOREIRA, Rui. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

OFFE, Claus. “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” , In: OFFE, C. **Trabalho & Sociedade** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

THOMAZ JR., Antonio. “A terceirização no contrapasso da ação sindical” In: **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente: AGB, nº 16, 1994, p 168-186.

THOMAZ Jr., Antonio. **Por Trás dos Canaviais os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical na Agroindústria Canavieira Paulista)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. Tese (Doutorado). São Paulo, 1996.

_____. **Qualificação do Trabalho: Adestramento ou Liberdade?** Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. [www.ub/es/geocrit/thomazjr.htm](http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm).

* Este artigo, com algumas alterações, refere-se ao primeiro capítulo da nossa Dissertação de Mestrado: “A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP. Elementos para uma leitura geográfica”, defendida em março de 2000, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior.

** Professor do Departamento de Geografia da UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon/PR, doutorando no curso de Pós-graduação da FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP) e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). E-Mail: tbrumatti@fsnet.com.br

[1] Embora não seja objetivo deste artigo, convém assinalar que a questão da qualificação profissional está além das meras habilidades técnicas do trabalhador, incorporando em sua seara elementos “alheios” ao chão da fábrica, como podemos suspeitar através da atualidade do exército industrial de reserva como instrumento de regulação do mercado de trabalho.

[2] Este avanço significa sobretudo ao movimento sindical compreender-se como sujeito coletivo por dentro e por fora da órbita produtiva e a capacidade de incorporar lutas como a do meio ambiente, da moradia, reforma agrária, igualdade étnica e de gênero, além de outras, o que redefiniria e requalificaria também os movimentos sociais específicos destas lutas. Para mais detalhes ver BIHR (1998) e sobre a questão da luta pela terra no sindicalismo rural ver meu texto: CARVALHAL (1997).

[3] Para mais detalhes ver GOUNET (1999).

[4] Para mais detalhes ver GENNARI (1997) e ALVES (1998).

[5] Entre outros autores podemos citar HARVEY (1989) para uma análise mais detalhada sobre as mudanças no processo produtivo e a nova segmentação do trabalho, ver KATZ e COGGIOLA (1995). Para uma análise das estratégias dos capitalistas para a superação da crise do Capital, sob uma perspectiva classista e BIHR (1998) que além de uma análise das transformações atuais, procura compreender alguns desafios e as possíveis alternativas para o movimento operário.

[6] Cabe lembrar, que o corporativismo não se resume somente na clivagem entre trabalhadores estáveis/trabalhadores precarizados, já que mesmo entre os trabalhadores do setor formal ocorre uma fragmentação de dupla dimensão: territorial e categorial, para mais detalhes sobre as implicações desta dupla dimensão verificar THOMAZ Jr. (1996) e BOITO Jr. (1996), e sobre o sentido histórico da “aristocracia operária”, ver em HOBSBAWN (1988).

[7] Em seu esforço de análise do modelo social-democrata do movimento operário, Alain Bihir atenta para o fetichismo do Estado como princípio paradigmático da organização e concepção do movimento operário, que em sua constituição reelaborou temas da ideologia burguesa: - o mito da objetivização histórica; - o mito do progresso; - o mito da classe; - o mito do partido; - o mito da revolução. Para mais detalhes ver BIHR *op.cit.*

[8] MOREIRA (1985) utiliza-se do conceito de contra-espço, como instrumento teórico-conceitual para a apreensão das lutas que envolvem a sociedade de classes como expressão das contradições da relação capital x trabalho no plano territorial: “*Espço/contra-espço são as formas de estrutura espacial que exprimem as lutas respectivas das classes antagônicas e vão surgindo no interior dos seus embates. Mais que uma simples negação, contra-espço é negação afirmadora de uma ‘práxis’ transformadora*” (MOREIRA, 1985, p.18).

[9] Para mais detalhes ver CARVALHAL (2000), sobretudo o capítulo 3.

[10] A esse respeito ver: LESSA (1996) e MÉSZÁROS (1999).

[11] Sobre as recentes inovações tecnológicas e seus efeitos sobre o movimento sindical ver sobretudo KATZ e COGGIOLA (1995). Para mais detalhes sobre a tecnologia como paradigma produtivo e portanto servindo ao Capital como meta a ser alcançada pelos trabalhadores, ver THOMAZ Jr. (1996).

[12] Para mais detalhes ver COSTA, 1995, e GIANNOTTI, 1994

[13] Sobre as diversas “teses” do fim do operariado e de sua centralidade política ver sobretudo GORZ(1982), OFFE (1991), LOJKINE (1990).

[14] Para mais detalhes ver: ANTUNES (1995)